

O PRATA NA AMÉRICA LATINA PERSPECTIVAS DAS TESES EM HISTÓRIA NO RIO GRANDE DO SUL.

The Prata in Latin America: Perspectives of History theses in Rio Grande do Sul.

Dr. Cláudio Kuczkowski¹
Tatiane Dumerqui Kuczkowski

RESUMEN: El texto “*El Plata en América Latina: perspectivas de las tesis en Historia en Rio Grande do Sul*” analiza las setenta y dos tesis sobre América Latina desarrolladas en los Programas de Postgrado en Historia - nivel doctoral - en Rio Grande do Sul/Brasil, entre 1986 y 2016. Se remonta cronológicamente a la creación del curso de doctorado en Historia de la Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986) y se extiende hasta 2016, pasando por el desarrollo de cursos de doctorado en la misma área en la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) y en la Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Para ello, prioriza el examen de la estructura de estas tesis desde los cinco puntos de directiva de la matriz histórica del pensamiento de Jörn Rüsen, para finalmente indicar algunas de las maneras en que el citado cuerpo de estudios académicos ha estado tratando el tema del Plata. La metodología se basa en la comparación, en primer lugar, dentro de cada tesis, y luego en la confrontación entre las tesis, en las mismas variables, para percibir las rupturas y las continuidades globales.

Palabras clave: América Latina / Plata; Teoría / historiografía; Jörn Rüsen.

RESUMO: O texto “*O Prata na América Latina: perspectivas das teses em História no Rio Grande do Sul*” analisa as setenta e duas teses sobre a América Latina desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História – nível de doutorado – no Rio Grande do Sul/Brasil, entre os anos de 1986 e 2016. Retrocede, cronologicamente, à criação do curso de doutorado em História na Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986) e se estende até o ano de 2016, perpassando o desenvolvimento dos cursos de doutorado na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Nesse intuito, prioriza-se o exame de estrutura dessas teses a partir dos cinco pontos norteadores da matriz do pensamento histórico de Jörn Rüsen (Carências de Orientação, Concepções, Métodos, Formas de Apresentação e Funções de Orientação), para, ao final, indicar algumas das formas pelas quais o referido corpo de estudos acadêmicos vem tratando a temática do Prata. A metodologia tem como base a comparação, em primeira instância, no interior de cada tese, e, em seguida, o cotejo entre as teses, nas mesmas variáveis, a fim de perceber rupturas e continuidades globais.

Palavras-chave: América Latina/Prata; Teoria/historiografia; Jörn Rüsen.

ABSTRACT: The text “*The Prata in Latin America: Perspectives of History theses in Rio Grande do Sul*” analysis of the seventy-two theses about Latin America developed in the Postgraduate Programs in History – Doctoral level – in Rio Grande do Sul, from 1986 to 2016. Chronologically goes back to the creation of the Doctorate Course in History at the Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986) and extends to the year 2016, passing the development of doctoral courses in the same area at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) and at the Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). To this end, the priority is to examine the structure of the theses on Latin America based on the five guiding points indicated by the works of Jörn Rüsen and his proposal for the matrix of historical thought, in order to indicate some of the ways in which this body of academic studies has been dealing with the theme of the Prata. The methodology is based on the comparison, in the first instance, within each thesis, and then, the comparison between theses, in the same variables, in order to perceive global ruptures and continuities.

Keywords: Latin America / Prata; Theory / historiography; Jörn Rüsen.

INTRODUÇÃO

¹ Dr. Cláudio Kuczkowski, Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Brasil, claudiokuczkowski@yahoo.com.br. Tatiane Dumerqui Kuczkowski, Técnica Administrativa do Instituto Federal do Rio Grande do Sul /Brasil, tatiane.kuczkowski@ifrs.edu.br

O tema “*O Prata na América Latina: perspectivas das teses em História no Rio Grande do Sul (1986-2016)*” adota como objeto a análise das setenta e duas teses, sobre a América Latina/Prata desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História – nível de doutorado –, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1986 e 2016. Retrocede cronologicamente à criação do curso de doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1986, – o mais antigo dos três programas – e se estende até 2016, perpassando o desenvolvimento dos cursos de doutorado na mesma área na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). Nesse sentido, estabelece-se como prioridade a análise de estrutura teórica das teses sobre a América Latina/Prata produzidas no período, a partir dos cinco pontos norteadores indicados pelos trabalhos de Jörn Rüsen e sua proposta de matriz do pensamento histórico.

A delimitação de tal forma se justifica por dois fatores: o primeiro, pelos limites cronológicos dos próprios cursos em análise; e, o segundo, pela existência no período de três Programas de Pós-Graduação com Doutorado em História, no Rio Grande do Sul, com teses já defendidas². Nos três programas em questão, existem espaços de pesquisa ocupados com estudos sobre a América Latina³, seja pela existência de linhas de pesquisa especificamente criadas com tal finalidade, seja pela atuação de alguns docentes em projetos especializados. Paralelamente, são limitadas as abordagens que tentam compreender os resultados das pesquisas nesse campo, o que corrobora a implementação de investigações no sentido de analisar essa produção.

DOS ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS (CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE)

O historiador alemão Jörn Rüsen, em meio a concepções como a de meta-história e/ou ainda a de razão histórica, visando compreender como se constitui a História, desenvolveu o conceito de “matriz disciplinar” (matriz do pensamento histórico). Nesse desígnio, matriz disciplinar significa “o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada”¹. Assim, a teoria da história

² A Universidade de Passo Fundo (UPF) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) iniciaram a oferta de cursos nos anos de 2014 e 2015, respectivamente e, portanto, ainda não possuem um volume substancial de teses concluídas para fins de análise.

³ A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não possui uma linha de pesquisa específica para a temática da América Latina, entretanto, no que tange ao objeto deste trabalho, encerra uma linha intitulada Teoria da História e Historiografia.

teria de apreender os fatores determinantes da pesquisa histórica e da historiografia, identificando-os e demonstrando a interdependência sistemática entre eles.

O conceito remete aos cinco tópicos de análise propostos pelo autor: As Carências – de orientação no tempo; As Concepções – perspectivas orientadoras da experiência do passado; Os métodos – regras da pesquisa empírica; As formas – da apresentação; e, As funções – de orientação existencial. Como escreve o próprio Rüsen, “a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro”ⁱⁱ.

No viés conceitual, caberia uma pesquisa exclusiva sobre os usos da expressão América Latina (desde os tempos napoleônicos) e/ou latino-americanismo (com registros retroativos há pelo menos 120 anos). Ao mesmo tempo, de acordo com o que propunha Andrzej Dembicz (2001, p. 14), poder-se-ia, pelo fato de se viver, hoje, em um momento de transformações, de busca de caminhos alternativos, sugerir constantemente uma revisão no próprio conceito de América Latina, a partir de distintas dimensões: a) político-cultural clássica (da Terra do Fogo até o Rio Bravo); b) interamericana (que se estende muito ao norte da fronteira do México, cujos efeitos culturais e sociais são cada vez mais visíveis); c) ibero-americana e europeia (que combina as heranças culturais e a atualidade político-econômica dos vínculos euro-latino-americanos); e, d) pacífica (ainda não tão visível como a transatlântica), demonstrando-se, dessa forma, certa flexibilidade conceitual referente aos diferentes ângulos culturais de onde se constrói os conceitos.

Entretanto, como visa-se apenas à delimitação físico-espacial da temática, opta-se por definir primariamente América Latina a partir do pragmatismo das palavras de Leslie Bethell:

[...] a América Latina abrange as regiões da América continental ao sul dos Estados Unidos que falam predominantemente o espanhol e o português – México, América Central e América do Sul – juntamente com as ilhas do mar dos Caraíbas de língua espanhola e, por convenção, o Haiti [...]ⁱⁱⁱ.

Corroborando a imagem político-cultural clássica, apontada por Dembicz, excluem-se em sua maioria os vastos territórios da América do Norte que, durante a primeira metade do século XIX, a Espanha e, mais tarde, o México perderam para os Estados Unidos por obra de tratados e de guerras. No caso do Brasil, apesar do pertencimento físico-geográfico ao subcontinente americano, somente são considerados como estudos desse campo aqueles que tratem, no mínimo, da relação entre este e outra nação latino-americana. No concernente ao Prata, corresponde, aproximadamente, a região do “*Virreinato del Río de la Plata*”, criado em 1776 o qual abrangia os atuais territórios argentino, boliviano, paraguaio, uruguaio e partes do

Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de “alguns territórios da costa oceânica do Chile, o atual território chileno ao oeste da Terra do Fogo e o território de Puno (pertence ao Peru)”^{iv}.

Em princípio, são definições simplificadas, utilitárias. Pautadas em critérios físico-geográficos e político-diplomáticos servem para o alvitre inicial da proposta de trabalho. Como a intenção é considerar estudos latino-americanos todas as teses que tenham como temática principal aspectos históricos sobre a América Latina/Prata, conforme descrita acima, ficam englobados os trabalhos desenvolvidos nos respectivos programas, visando a características sobre um único país (exceto se este for o Brasil) e os que estabeleçam relações entre duas ou mais regiões enquadradas na aceção anterior, bem como independem os graus de especificidade apresentados nessas pesquisas.

Na concepção de latino americanismo, aqui equiparado a estudos latino-americanos, leva-se em conta primeiramente a postura teórica adotada frente ao significado anteriormente construído da expressão América Latina. A diversidade presente na visão dos pesquisadores latino-americanistas reflete a própria natureza não uniforme da América Latina. Mesmo na apresentação dos programas das duas universidades que possuem concentração em estudos latino-americanos indica-se caminhos conceituais bastantes abertos.

Assim, estabelece-se, como parâmetro inicial, que estudos latino-americanos são as atividades de pesquisa envolvendo temas voltados para a América Latina, conquanto nem todos contemplem aspectos gerais do subcontinente e possam estar limitados a um único país e/ou região. Por convenção, fica excluído o Brasil nos casos em que é objeto de estudo individualizado e, permanece contemplado, quando envolvido em estudos comparativos independente de sua amplitude, ou seja, da especificidade temática. Ressalta-se que, pela especialização do estudo, estão abrangidas todas as teses que, de uma forma ou de outra, possam ser enquadradas nesta definição, independentemente da autoidentificação dos respectivos autores como latino-americanistas.

As etapas seguidas para a realização da investigação constituem-se basicamente de quatro momentos: primeiramente, o mapeamento junto aos bancos de teses das três universidades, das teses defendidas entre 1986 e 2016, atividade complementada por outras plataformas quando necessário e, inclusive, pelo contato com autores⁴. Ainda na mesma fase, arrolaram-se as propostas temáticas de todos esses trabalhos (442), os delimitadores espaço-temporais, os principais fundamentos teóricos utilizados, as características demarcantes de rupturas ou continuidades e respectivos fatores causais, a fim de auferir o percentual daquelas

⁴ Do total de 72 teses, oito não foram encontradas. Dentre os motivos, estão a não disponibilidade nos meios buscados ou mesmo o desejo de não publicidade dos textos originais por seus respectivos autores.

que têm seu objeto de estudo focado na América Latina. Permeiam esse emaranhado as linhas de pesquisa dos programas, as bancas orientadoras e os períodos de defesa. Essa primeira fase resultou na constituição de um quadro geral das teses situando o corpo de trabalhos sobre América Latina/Prata em um panorama maior dessa produção historiográfica acadêmica.

Em um segundo momento, separadas as teses envolvendo a temática, realizou-se leituras (três) de diferentes níveis objetivando obter informações de maior precisão sobre esses textos. Nesse estágio, ocorreu o processo de fichamento visando separar (artificialmente) ideias contidas nas teses e que identificassem cada um dos fatores da matriz do pensamento histórico. Nessa mesma etapa, importa anotar, a perspectiva das leituras foi sempre direcionada à questão conceitual relativa aos termos delimitadores da teoria rüseniana a ser pensada na correlação com as teses, a constar: a matriz do pensamento histórico e seus elementos compositores.

A terceira etapa do estudo trata dos processos comparativos nas e entre as teses. Esta fase obedeceu ao seguinte encadeamento: a) aplicação de um instrumento de conferência dos níveis de presença / ausência dos fatores da matriz do pensamento histórico em cada uma das teses; b) cotejo das semelhanças e dissemelhanças entre os aspectos encontrados no item anterior por meio de particularizações e agrupamentos das teses nos variados vetores; c) verificação dos graus de importância (níveis de intensidade) atribuídos aos componentes da matriz do pensamento histórico; e, d) aferição da existência de conexão entre as carências e as funções de orientação no tempo (o problema e as respostas encontradas), as concepções e os métodos (conceitos e regras da pesquisa empírica) e os métodos e as formas de apresentação.

A quarta e última etapa do estudo cuidou da estrutura narrativa a ser utilizada. A preocupação principal é sempre a de que não haja a perda de sentido, orientador fundamental da transição entre o conhecimento metodicamente constituído e a historiografia enquanto apresentação de certos resultados. Esta, no entanto, sem perder de vista a função de plausibilidade e os componentes retóricos e estéticos a ela inerentes.

Sumariamente, por esses quatro passos: mapeamento e contextualização panorâmica das teses; individuação das teses nos componentes da matriz; análise comparativa; e racionalização da narrativa – estabelece-se a organização necessária ao exame.

Nesse conjunto de esclarecimentos, é substancial, ainda, a alocação do pensamento rüseniano no âmbito da própria complexidade, por um lado, nas relações de cada elemento dessa teoria percebidos no diálogo com outros autores e, por outro, de forma mais simples, evitadas as sobreposições e respeitadas as divergências conceptivas, sobressai-se a capacidade de sistematização do autor. No intuito de localizar preliminarmente os fatores da matriz do

pensamento histórico, seguem-se algumas definições simplificadas de cada um dos elementos que a compõe.

Os interesses como primeiro pilar da matriz do pensamento histórico de Rüsen resumem-se na necessidade que os homens têm de orientar-se no fluxo do tempo. Servem de base para explicar o significado de pensar e por que pensar historicamente. Considerado o fato de o ser humano prescindir (na vida prática) da orientação no tempo, busca no passado, por meio de uma leitura no presente, tais explicações, ocorre uma espécie de despertar da consciência histórica. As ações cotidianas instauram o imperativo do questionamento sobre o e no tempo e essas carências de orientação “se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado”^v. Orientação no tempo, pertença a diferentes grupos sociais, significação / ressignificação da experiência, compreensão dos padrões nas transformações, curiosidade, consciência, condição de inteligibilidade e/ou carências de orientação são questões que, em se tratando dos sujeitos históricos – agentes do e no tempo –, mobilizam os seres humanos em direção ao reconhecimento de sua temporalidade.

Inicialmente, somente os interesses pelo passado não representariam história, não fossem os significados e a intencionalidade impressos a eles no sentido de reflexões específicas sobre determinados pontos no passado. Este torna-se histórico a partir de um conjunto de “critérios de sentido” àquele atribuídos, ao que Rüsen denomina ideias⁵. Estas serviriam “à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir”. São estas que tornam os interesses precisos e a cada carência suprida, podem surgir novos interesses ao ponto de essas ideias constituírem “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história”^{vi}, passado que, a partir desse ponto, já é pensado experiência concreta, daí resultando a importância das fontes – conectoras de sentido ao passado histórico.

Sinteticamente, alguns delimitadores podem auxiliar nas reflexões sobre os significados e a intencionalidade impressos ao passado. Em primeiro lugar, os interesses se constituem em relação a determinados pontos do passado. A ação humana em direção ao conhecimento do passado se estabelecesse de forma precisa, a partir de interesses gerados na intencionalidade de supressão das carências estabelecidas no presente. Em segundo lugar, com o aparecimento de novas carências, reconhece-se o passado como experiência concreta, capaz de suprir certos interesses, por meio de mecanismos de inteligibilidade. E, em terceiro lugar, a cognoscibilidade carrega consigo a condição de situar-se no tempo, olhar a partir de uma espacialidade /

⁵ Na concepção rüseniana: “Ideias não querem dizer, aqui, algum tipo de instância significativa situada para além da práxis corrente da vida humana, mas sim critérios segundo os quais os significados se produzem nessa mesma práxis vital, somente com base nos quais os homens podem agir” (RÜSEN, 2001, p. 31).

temporalidade, em que as mudanças de percepção, por meio do controle externo da produção histórica, denunciam a subjetividade do historiador em relação à temporalidade.

O terceiro fator dos fundamentos da ciência histórica rüseniana, os métodos, permite certa “regulação” do pensamento histórico, à medida “que lhe possibilitam produzir fundamentações específicas e lhe permitem assumir o caráter de pesquisa [...]”^{vii}, sem olvidar a influência que eles têm, ainda, na interação com a concepção das perspectivas (ideias). Como em todo conhecimento científico, os métodos podem não se apresentar de forma correlata às ideias, inibindo o caráter de pesquisa dessa exploração ao passado.

De todo modo, métodos, enquanto fundamentações específicas, proposições de racionalidade histórica, requerem o diálogo entre o empírico e a teoria. Do que se admite, o método deliberado a partir do significado contemporâneo atribuído ao passado interage com elementos, como imaginação, significação, intelecção e resulta de e em maneiras de racionalizar o conhecimento histórico, como caminho a ser percorrido, ajustado às intencionalidades do presente em relação ao passado e possível de ser arguido, percorrido, comprovado ou refutado, enfim, conhecido.

O desembocar da pesquisa histórica exprime-se na historiografia, para a qual, segundo Rüsen, “[...] as formas de apresentação desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos para a pesquisa”^{viii}. A historiografia como produto da pesquisa histórica ocupa lugar equivalente na matriz do pensamento histórico aos demais elementos, uma vez que tende a remeter os resultados cognoscitivos aos interesses que os originaram. Exprime-se de forma a dar significado aos interesses e as ideias, por meio do método. Torna público, de forma legível aos interesses originais, a resposta às perguntas feitas na vida prática. De onde resulta a importância de concatená-la primeiro ao processo de orientação no passado e segundo, direcioná-la à relevância na vida prática.

Resumidamente, o papel das formas de apresentação é equivalente aos demais elementos da produção histórica, ocupa lugar de manutenção da cientificidade/objetividade alcançada nas demais etapas da pesquisa, especialmente no método. Ao promover o diálogo entre fontes e hipóteses, evidencia o caráter pressuposto de veracidade. A narrativa (em sua configuração moderna), como forma inevitável de expressão da história, recepciona fatores como criatividade e imaginação, expõe o resultado final do método de pesquisa enquanto trabalho coletivo, e daí, mais seguro. Trata-se, conforme Hobsbawm, da defesa (pelos historiadores) do “fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência”^{ix}.

O último fator apontado por Rüsen como estruturante da matriz do pensamento histórico e, conseqüentemente, garantidor de racionalidade histórica são as funções de “orientação

existencial”^x. Por tratar-se de uma condição circunferencial, partindo-se dos interesses, perpassando-se perspectivas (ideias), métodos e formas de apresentação, desemboca naquilo que responderia à pergunta: para que serve o conhecimento histórico adquirido em todo esse processo? A resposta inicia por conectar esse item ao primeiro (interesses). Se o que move a pesquisa histórica são as carências humanas sobre o agir do e no tempo, nada mais natural do que originar-se a partir dela apontes que demonstrem – por intermédio de um caminho de racionalidade – determinadas respostas ao contexto originário. São as funções didáticas da história.

Em suma, orientação existencial e interesses interagem. As funções didáticas da história, como intitula Rüsen, podem variar e sob tal inconstância não existem garantias de utilização ou formas de emprego. Instaura-se, no processo social, uma espécie de interlocução entre temporalidades, é o passado vigente no presente. A mediação histórica pode confortar, localizar no tempo, propiciar sentidos à alteridade e/ou identidades. Na conformação mais utilitarista, gera-se informação técnica facilitadora de planejamentos; no tangente à subjetividade, favorece a desacomodação, cria interfaces de humanização e orientação à consciência, no fluxo do tempo.

Nesses pressupostos genéricos, encontra-se a preocupação de Rüsen em fundamentar a história como ciência, torná-la plausível “em sua particularidade, a partir de sua relação com as formas e prática humanas gerais (antropologicamente universais) de constituir sentido. Na reflexão ora apresentada, esse conjunto de considerações auxilia na compreensão daquilo que o autor denomina “o processo científico de conhecimento do pensamento histórico”. A fim de atingir tal objetivo, o autor elabora “um esquema dos procedimentos intelectuais do pensamento histórico, que distinga com rigor os critérios decisivos do conhecimento e, ao mesmo tempo, deixe claras suas diferenças e sua interdependência”^{xi}. Eis a *matriz do pensamento histórico*⁶, demonstrada na Figura 1.

⁶ A construção da matriz do pensamento histórico passou por pelo menos três estágios desde sua origem, ainda em 1983. No Brasil, aparece primeiramente em Rüsen (2001). Para uma análise completa de cada uma dessas versões, é possível consultar Schmidt e Martins (2016, p. 99-110) e, também, Martins (2017, p. 319-331).

Figura 1 – Matriz do pensamento histórico



Fonte: Rüsen (2015, p. 73).

Em síntese, todas essas observações visam orientar a leitura das teses no interior dos pressupostos básicos da matriz do pensamento histórico e, concomitantemente, perspectivar a própria matriz a partir das teses, ambas condicionadas mutuamente. No propósito de aproximar vértices aparentemente distantes do conhecimento histórico, principalmente se pensadas no âmbito do desconhecimento volitivo quando das respectivas elaborações (a teoria da história de Rüsen implicada de concepções filosóficas – não visando a aplicação imediata – e as teses sequer imaginadas em enquadramentos teóricos), tornou-se necessária a organização de instrumentos capazes da obtenção de dados e informações para, posteriormente, auxiliarem nas análises.

DO QUADRO DE TESES

No período estudado (1986-2016), foram defendidas setenta e duas teses classificáveis na definição de América Latina adotada para a análise, na soma dos três programas de pós-graduação em História do Rio Grande do Sul. A primeira defesa sobre a temática somente ocorreria em 1995, na PUCRS, ano no qual iniciam as atividades do doutorado em história na UFRGS, seguida pela UNISINOS, em 1999. Na totalidade, dos vinte e dois anos (1995-2016) em que aparecem teses versando sobre a temática, são observáveis algumas variações quantitativas entre um ano e outro, sem, contudo, representar valores significativos a ponto de influenciar determinantemente os resultados do exame. Respeitados os intervalos entre as

criações dos doutorados em cada PPGH e as defesas inaugurais, tem-se a demonstração no Quadro a seguir.

Quadro 1 – Número de teses defendidas por ano, universidade e totais (1995-2016)

| | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 00 | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
|-----------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| PUCRS | 2 | | 1 | | 4 | 3 | 3 | 2 | 4 | 3 | | 2 | 1 | | 1 | | 1 | 4 | 1 | 2 | 2 | 1 |
| UFRGS | | | | | 1 | | 1 | | | 2 | 2 | | 2 | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 | 3 | 1 | 2 | 2 |
| UNISINOS | | | | | | | | | | | 1 | 2 | | 1 | 2 | | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| TOTAIS | 2 | | 1 | | 5 | 3 | 4 | 2 | 4 | 5 | 3 | 4 | 3 | 2 | 4 | 2 | 6 | 5 | 5 | 4 | 5 | 3 |

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Nos primeiros anos (1995-1998), a PUCRS computou, isoladamente, três teses (4,16%). No intervalo de 1999 a 2004, este número foi acrescido, consideravelmente, de dezenove trabalhos (26,38%) na mesma universidade, aos quais somam-se quatro (5,55%) realizados na UFRGS, ou seja, nos primeiros dez anos do período analisado, foram defendidas vinte e seis das setenta e duas teses (36,11%), reconhecidas as proporções de participação por parte das duas instituições tomadas individualizadamente. Nos doze anos seguintes, advieram mais quarenta e duas teses (58,33%). Uniformemente, a média anual apurada, no somatório, para o interregno, é de aproximadamente 3,27 trabalhos/ano (72:22). Na PUCRS, esse cálculo acarreta em 1,62 defesa/ano (37:22), enquanto que, na UFRGS, o produto é de 1,38 (25:18), a contar da data da primeira defesa (1999); e, na UNISINOS, baseando-se no mesmo critério (2005), de 0,83 (10:12).

O tempo bruto entre as defesas das teses na América Latina, obtido da divisão dos trinta anos de existência dos programas pelos setenta e dois trabalhos, é de aproximadamente quatro meses (4,16), quer dizer, em média, quadrimestralmente, uma investigação se concretiza. Computados os períodos de carência entre a origem dos cursos e as primeiras defesas, modaliza-se a nove meses para cada trabalho, quando tomados em conta, exclusivamente, os períodos de criação dos cursos de doutorado nos correspondentes programas. Nesse caso, a PUCRS, ao longo de seus trinta anos, obtém um meio-termo, por volta de 0,81, ou seja, em média, de oito em oito meses, uma tese com essa temática é defendida junto ao curso. Na UFRGS, o cômputo é similar: mais ou menos, de nove em nove meses (0,88), uma nova pesquisa apresenta seu desfecho.

Na UNISINOS, esses dados mediais sofrem uma substancial alteração: nos dezoito anos de funcionamento do curso, foram dez as teses entregues contendo relação com os estudos latino-americanos, de onde resulta um tempo de um ano e oito meses para o termo das investigações. Essencialmente, na condição de valores intermediários, esses números produzem informações generalizantes, permitindo apenas intuir opções institucionais pelo desenvolvimento de pesquisas em outros temas (primazia de alguma área de concentração em

detrimento de outra), a maior ou menor aceleração nos prazos de realização das investigações, além da (in)disponibilidade de profissionais habilitados à orientação, em correspondência com os interesses, por parte dos estudantes, pelas áreas afins.

Os recortes cronológicos, realizados para fins de pesquisa entre as teses em estudos latino-americanos nos cursos de doutorado em História do Rio Grande do Sul, evidenciam pelo menos duas características gerais: quanto mais se retrocede no tempo, maiores as inclinações de ampliação dos arcos de análise, e uma forte tendência de concentração das pesquisas nos séculos XX e XIX, seguidos distanciadamente pelos séculos XVIII e XVII, respectivamente. O século XVI é abrangido em apenas três casos e, ainda assim, não individualizado, sendo reunido aos anteriores ou seguintes para finalidade de exame: “Antecedentes da Organização do Espaço Colonial da América Ibérica” (Glenda Pereira da Cruz (PUCRS, 1995), ainda que indiretamente, pois a autora aprofunda dois períodos históricos anteriores (séculos III-IV e XIII-XIV): “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos (PUCRS, 2006), estudo iniciado pelo ano de 1549 e que avança até 1767, e “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos”, de Luis Alexandre Cerveira (UNISINOS, 2014), tese na qual o enfoque temporal recai particularmente sobre os períodos de 1520-1522 (Castela) e 1721-1735 (Paraguai), além da avaliação realizada em torno da historiografia mais recente sobre o principal conceito do estudo.

Os séculos XVII e XVIII são apreciados, particularizadamente, em: Eliane Cristina Deckmann Fleck, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” (PUCRS, 1999); Cláudia de Oliveira Uessler, “Sítios arqueológicos de assentamentos fortificados ibero-americanos na Região Platina Oriental” (PUCRS, 2006) – século XVIII –, Guilherme Galhegos Felipe, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18” (UNISINOS, 2013); e Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)” (PUCRS, 2015). Na UFRGS, inexistem teses tratando desses períodos em específico.

No entanto, agregam-se a eles, de forma a prolongarem-se entre si e para outros períodos, nove investigações, sendo duas citadas anteriormente (Barcelos e Cerveira); Maria Cristina Bohn Martins, “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação” (PUCRS, 1999) – cobrindo o hiato de 1609 a 1767 –; Álvaro de Souza Gomes Neto, “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860” (PUCRS, 2002);

Fernando Luís Blanco, “*Fronteras Étnicas en el corazón de América del Sul (1776-1820)*” (UFRGS, 2004); Jean Tiago Baptista, “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)” (PUCRS, 2007); Paulo Rogério Melo de Oliveira, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas tierras de Ñesu” (UFRGS, 2010) – para o interstício de 1609-2010; Jacqueline Ahlert, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências” (PUCRS, 2012) – sobre os séculos XVII e XVIII –; e Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607 – 1767)” (PUCRS, 2014).

A situação é similar em relação ao século XXI, respeitada a condição inicial na qual se encontra, no máximo penetrado por investigações que possuem início no século XX. Ao todo, são nove os estudos nesse sentido: “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto (PUCRS, 2002) – entidade nascida em 1995 e estudada até o ano da defesa; “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguia: 1964-2004”, de José Pedro Cabrera Cabral (UNISINOS, 2006); “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak (UFRGS, 2008); “Memorias de la diáspora: narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil (1960-2010)”, de Ana María Sosa González (PUCRS, 2011); “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia (1953-2006)”, de João Ivo Puhl (UNISINOS, 2011); “A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e Conflitos do Capitalismo Dependente Petrolero-Rentista (1989-2010)”, de Carla Ferreira (UFRGS, 2012); “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni (PUCRS, 2012) – sob o recorte cronológico iniciado na década de 1980, em referência a alguns aspectos, estendido até a primeira do século XXI –; e “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, de Patrícia Camera Varela da Luz (PUCRS, 2012) – particularmente sobre os anos de 2002 e 2006, sem contudo perder de vista o histórico da BAVM fundada em 1996.

Os séculos XIX e XX, juntos, computam, aumentados de um item de transição entre os dois períodos, um total de quarenta e nove teses. Desse montante, vinte e dois trabalhos foram defendidos na PUCRS (oito sobre o século XIX, dez envolvendo o século XX e outros quatro os transpassando), vinte e um na UFRGS (sete para o século XIX, doze em recortes do século

XX e dois transversalizando-os) e, por fim, seis na UNISINOS (dois no século XIX e quatro no século XX, sem nenhum para a passagem de um ao outro).

Apenas a título ilustrativo, seria viável pensar a inexistência de trabalhos específicos sobre as duas últimas décadas do século XIX, sendo este objeto de alguns estudos que se prolongam até esse momento ou o atravessam em direção ao século XX. Ao contrário do início dos anos 1800, em que alguns eventos isolados chamaram a atenção dos historiadores, a fase final do período ainda se está por examinar. No todo, há mais intervalos temporais abertos à investigação do que já visitados por essa historiografia. O intervalo cronológico mais explorado, grosso modo, fica entre as décadas de 1830 e 1880. O mesmo se repete em relação ao espaço temporal do século XX, isto é, há uma forte tendência de trabalhos averiguando um lapso entre cinco décadas (1940-1990), em prejuízo da primeira parte do período (1901-1940).

É manifesto, ressalte-se, que prevalecem a intensidade/profundidade discutida nos objetos de pesquisa, uma vez relacionados com as simples datações, para fins de demarcação temática. Também o é plausível imaginar que, em quase todas as teses, independentemente de o recorte temporal abranger um ano ou quatro séculos, as datas sirvam para delimitar o antes e o depois dos eventos analisados e, portanto, inclinam-se a flexibilizações, normalmente entendidas enquanto contextos. Daí a necessidade de se considerar tais atributos em seus múltiplos encadeamentos. Em particular, no caso dos séculos inteiros e dos anos isolados, existem precedentes e subsequentes aos eventos averiguados; mesmo nas outras teses todas, não existem ocorrências de restrição exclusiva ao período, retrocedem e avançam conforme as imposições advindas das explicações buscadas nos objetos em si.

Na condição de modelos opostos, bastaria tomarem-se dois trabalhos, um abrangendo temas, em teoria, reduzidos, e o outro com arcos temporais amplos: “*El Liberalismo em Iberoamérica. Un pensamiento “fuera” de lugar: el caso de la constitucion Política del Imperio de Brasil*”, de Alberto Vivar Flores, e “Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”, de Ricardo Antônio da Silveira. Um olhar menos sistematizado poderia deduzir, para o primeiro, pela circunstância de “caso” em certo reducionismo ao ano de 1824, e, no segundo, pela extensão temática a todo o século XIX. No entanto, ao atentar-se para o afunilamento do objeto, neste último, e, pela amplitude do conceito de liberalismo, não somente na América Ibérica, mas também pelas origens europeias da noção (fora do lugar), tem-se, senão uma inversão de posições, ao menos a imprescindibilidade de relativizar as impressões iniciais.

Nesses mesmos moldes, plurais são as maneiras de perspectivar esses dados historiográficos. Uma acreditação nesse sentido emana da inspeção das universidades

individualizadas. A PUCRS rapidamente denota a concentração de seus estudos na América Latina nas segundas metades dos séculos XIX e XX, sem, contudo, atingir o final de nenhum dos dois, ou seja, as últimas décadas (1890 e 1990) ficam praticamente descobertas nesse sentido. A qualidade é comum também à UFRGS, embora nesta, os recortes tendam a se dilatar em direção aos extremos finais desses séculos e, em concomitância, praticamente não retroceder até o limite inicial dessas centúrias. Desloca-se parcialmente o eixo vertical de concentração dos estudos entre uma época e a outra, quer dizer, no século XIX, o período mais estudado ocupa o espaço temporal entre as décadas de 1840 e 1870. Já, para o seguinte, desloca-se de 1960 a 1990. Por fim, na UNISINOS, não são encontradas investigações perpassando os séculos em questão. Tanto no século XIX quanto no XX, os arcos temporais destinam-se a períodos menores de análise (em torno de duas décadas) e bastante variados em suas delimitações cronológicas.

Tematicamente, o conjunto de trabalhos obedece a lógicas bastante parecidas às apontadas até agora. Na essência, seguindo o padrão de delimitação a partir do tripé espaço-tempo-matéria, é possível identificar alguns objetos de estudos entre si. A estrutura não recorda quaisquer formas de orientação combinada entre os trabalhos, ao contrário, indicam-se similitudes e isso ocorre de forma contingencial. Nesse sentido, a ideia da existência de formas paradigmáticas carece de fundamentação. Apartadas as questões apontadas até aqui – balizamentos temporais –, remanesce por arrazoar certos componentes no tocante aos conteúdos investigados nas teses. Os números e respectivos exemplos auxiliam no entendimento da conformação revelada por meio da associação dessas pesquisas.

As macrotemáticas predominantes no agregado dos trabalhos são fundamentalmente três: a das atividades jesuíticas, as de fronteira e o que se poderia denominar ações geopolíticas. As primeiras são sete (9,72%) e podem ser verificadas em teses como “A Festa Guarani nas Reduções: perdas, permanências e recriação”, “O encontro entre os guaranis e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñesu”, “Em tudo semelhante, em nada parecido: uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1767)”, “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, “Estátuas Andarilhas. As Miniaturas na Imaginária Missioneira: Sentidos e Remanescências”, “Sentir, Adoecer e Morrer – sensibilidade e devoção no discurso Missionário Jesuítico do século XVII” e “Fomes, pestes e guerras: dinâmicas dos povoados missionais em tempos de crise (1610-1750)”.

Em segundo, aparecem as investigações nas quais o objeto de trabalho permeia o conceito de fronteira. Das setenta e duas teses, repetindo os valores das pesquisas sobre questões jesuíticas, pelo menos sete (9,72%) assim o fazem. Isso ocorre em “Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (1884-1920)”, “Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)”, “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770 – 1800)”, “A Pecuária no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)” e “De volta à fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”.

Importa destacar que essa lista sobre fronteiras poderia ser ampliada, o mesmo não ocorrendo pelo fato de alguns trabalhos serem alocados, por conveniência, em outras tipologias, a exemplo do que ocorre com “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional” e “A Fronteira Brasil-Uruguai: Estado e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Rio Grande do Sul”, os quais podem, repita-se, por pura convenção, ser pensados também sob o arcabouço teórico de ações geopolíticas e/ou geoeconômicas, lista extensível para “Questão de Cuba: a política externa independente e a crise dos mísseis”, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a *Belle Époque*”, “... bajo su Real Protección’: o Império Português rumo à Banda Oriental (1808-1812)”, “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, “Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)”, “Discursos políticos do ministro Oswaldo Aranha e a defesa do Pan-Americanismo no período do Ministério das Relações Exteriores (1938-1944)” e “Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: Faces de um Paradigma Ideológico da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil”. Ao todo, são onze pesquisas com ascendência dessas características.

Repetidamente, quando menos os quatro últimos títulos, haveria oportunidades de pensá-los em outras tipologias. Uma dessas ocasiões daria-se por meio da associação em torno

de um conjunto de ideias, nos moldes do que ocorre em “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguia: 1964-2004”, “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a Civilização Brasileira, *Cuadernos de Marcha* e *Controversia* (1978-1984)”, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, “Dos levantes de Castela às revoluções comuneras do Paraguai: apropriações e ressignificações de um conceito em três atos”, “A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital”, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)”, “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” e “A contribuição da Igreja Católica para a Formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”.

Alguns desses textos podem ser conectados às noções de participação política, movimentos sociais (os dois últimos citados) e, ainda, às ideias de representação, identidade e/ou territorialidade. Para estas circunstâncias, cogita-se, por exemplo, “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia, 1953-2006”, “América Latina entre inclusões e exclusões: escolas, ensino de história e identidade em tempos de ditadura militar”, “Representações das identidades nacionais Argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940)”, “Representações Culturais na Bienal de Artes Visuais do Mercosul: o estatuto da fotografia e a expressão do sujeito social”, “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003” e, “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”.

Completando a classificação, encontram-se temas explorados em menor quantidade, daí a imposição de ampliar as noções a fim de abrangê-los em aglomerados. Ilustrativamente, para a noção de guerra, convergem “*Guerra Irregular en Espacios Andinos y en la Pampa Gaucha: El Caso de La Banda Oriental del Uruguay* (1808-1820)”, “O Málon de 1801: a Guerra das Laranjas e suas Implicações na América Meridional”, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870” e, “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)”. Em relação à integração, “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”,

“A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul” e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”.

A CEPAL e alguns temas de economia, juntamente a ditaduras, encerram a lista de temas passíveis de associação direta. Nesse sentido, “Comissão Econômica para América Latina (CEPAL): Uma visão Crítica do seu pensamento – O Caso Brasileiro”, “Uma análise da construção do pensamento neo-estruturalista cepalino: as contribuições da crise e do pensamento liberal à redefinição do papel do Estado na América Latina”, “América Latina periférica: O desenvolvimento latino-americano na concepção de prebisch/CEPAL (1948-1981)” e, “Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996”, para concepções macro, adicionadas de, “Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, Mercadorias e Agentes Mercantis (1808-1850)” e “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, em espaços reduzidos.

Enfim, no quesito regimes de exceção, “*Memorias de la diáspora: narrativas identitarias de los uruguayos en Brasil* (1960-2010)”, “*Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai* (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar”, “*Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul* (1966-1989)” e “Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985”. Entre as demais investigações, ainda é viável aproximar “Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986” e “A construção da memória: os monumentos a Bento Gonçalves e José Artigas”, pela evocação memorialística, além de mencionar um trabalho desenvolvendo o conceito de liberalismo, outro no campo da historiografia, uma biografia / trajetória e um acerca do elemento social negro.

A análise aqui desenvolvida imputa-se regional em duplo sentido: em primeiro lugar porque discute a historiografia produzida em uma região específica do Brasil, o Rio Grande do Sul, a partir de três universidades com características gerais próximas entre si e, em segundo, por tratar de uma região do globo, a América Latina/Prata, a qual, apesar das inúmeras peculiaridades que compõem suas partes, permitir traçar, na escrita de sua história, atributos próprios ao ponto de identificá-la como tal. Se existe justificativa plausível para o recorte em teses de estudos latino-americanos/platinos, a não ser por certa identidade imaginável no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul, resultante, em grande medida, das aproximações variadas em relação aos países da América do Sul, principalmente, permanece questão em aberto.

O fato de preponderarem, no quadro de teses, temas envolvendo comparativos entre duas ou mais frações da macrorregião da América Latina denominada Cone Sul (parcialidades múltiplas de Argentina, Chile, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai), significativamente com enfoques fronteiriços (o Chile não aparece em nenhuma tese específica), o exíguo número de pesquisas envolvendo o restante do subcontinente – Colômbia (uma), Cuba (uma), México (duas) e Venezuela (uma) –, a assumpção da definição ou conceito de América Latina de forma essencializada (naturalizada) e, na maioria das vezes, por extensão, torna-os sugestivos das posturas teórico-históricas adotadas nos doutorados em história examinados.

A título de exemplo, o Uruguai, em seus diferentes períodos históricos, ocupa uma fração substancial das teses. Do total, são vinte menções envolvendo diretamente a região, pré e pós independência (Banda Oriental do Uruguai e República Oriental do Uruguai). A Argentina ocupa a segunda posição na classificação de países com maior aparição nas teses. Nomeadamente, pelo menos treze estudos dedicam-se à região, ainda que nem sempre abrangendo-a integralmente, como ocorre com “A importância do negro na formação da sociedade portenha, 1703-1860”, de Álvaro de Souza Gomes Neto. O inverso também é verdadeiro, tanto para o Uruguai quanto para a Argentina, isto é, ambos são englobados em investigações de maior amplitude, como se sucede em “Redes de Cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades”, de Alfredo Meneghetti Neto, e “As concepções de revolução produzidas pela Internacional Comunista e por seus organismos da América do Sul para as colônias e semicolônias, especialmente para a América Latina”, de Leonardo Guedes Henn.

A elaboração de um quadro conjuntivo da distribuição das teses sobre estudos ibero-americanos por países (1986-2016) é exequível. Contudo, exige certos cuidados e tende a informar relativamente pouco no concernente a essas investigações. A tomar como referência o caso do atual território boliviano, constatada a sua presença parcial na condição de objeto de estudo, tem-se pelo menos dez participações tangenciando-o. As matérias variam desde “Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guaraní e Maynas (1607-1767)”, de Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, até “As Bienais de Artes Visuais do Mercosul: utopias e protagonismos em Porto Alegre – 1997-2003”, de Bianca Knaak, perpassando outros tópicos gerais, como “A Trama da Integração: Soberania e Identidade do Cone Sul”, de Haroldo Loguércio de Carvalho, e “A Pecuária no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)”, de Paulo Marcos Esselin.

A precaução a ser tomada nessas oportunidades associa-se às generalizações que a simples detecção de expressões correlatas a determinado tema possam suscitar. No momento da pergunta pela quantidade de pesquisas realizadas, nucleando temáticas singularmente bolivianas, os resultados mostram substancial diminuição, conduzindo-se a somente três títulos imediatos: “Cristãos e Infiéis nos espaço de fronteira, Chiquitania / Bolívia e Pantanal / Brasil: conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770-1800)”, de Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, “Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)”, de Marli Auxiliadora de Almeida, e “Territorialidades Chiquitanas em Comunidades Rurais da Província de Velasco, Bolívia (1953-2006)”, de João Ivo Puhl.

Naturalmente, em função de ocasiões de maior abrangência temática (espacial, temporal e/ou de matéria), sobrevêm circunstâncias de envolvimento não exclusivo, cabendo ao conteúdo a condição de parte do assunto, em sentido amplo. Circunstâncias modelares dessas características ocorrem em “O mergulho no *seculum*: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial”, de Artur Henrique Franco Barcelos, “Espelhos de Cronos. A relação entre passado e futuro no discurso bolivariano (1811-1930)”, de Paulo José Sá Bittencourt, e “A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século 18”, de Guilherme Galhegos Felipe.

A explicação para a minimização dos valores analíticos de igual adoção pode ser buscada na quantidade de trabalhos integrativos de mais de uma região e/ou país, ocasionando a repetição / falsificação de muitas das referências obtidas dessa forma de organização. A própria noção de Brasil (colonial, imperial, republicano), enquanto unidade, é relativizável. No todo, das setenta e duas teses defendidas nos três programas (PUCRS, UFRGS e UNISINOS), trinta e sete envolvem, tematicamente, frações do espaço ou ações brasileiras em concomitância a outras regiões ou matérias de estudos externas ao país. A maior porção de pesquisas direciona-se para o sul do país e podem ser representadas pelas onze nas quais se inter-relacionam Brasil e Uruguai, nas dez conectando Brasil e Argentina, em detrimento de apenas três comunicando, de forma individualizada, Paraguai e Brasil: “Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)”, de Ney Iared Reynaldo, “A Guerra do Paraguai e as Relações Luso-Brasileiras na Década de 1860-1870”, de Mauro César Silveira, e “As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: o Paraguai em Jogo (1939-1954)”, de Ceres Moraes.

Nos dois casos hegemônicos (Uruguai e Argentina), importa ressaltar as propriedades particularizantes assumidas em cada estudo. Uma primeira conformação, tanto para um quanto

para outro desses países, ocorre a partir de dualidades; em sua imensa maioria, sob perspectivas comparativas. Ilustrativamente, “Cidade e Patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado das cidades de La Plata e Caxias Do Sul – 1986”, de Marcelo Caon, “De volta a fronteira – uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: a infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional”, de Newton Luis Garcia Carneiro, “Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha: atuação política e negócio dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865)”, de Carla Menegat, “A Diplomacia Marginal. Vinculações Políticas Entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)”, de Ana Luiza Setti Reckziegel, para o Uruguai, e “As Ações Geopolíticas do Barão do Rio Branco e seus Reflexos na Argentina”, de Adelar Heinsfeld, “Brasil e Argentina no Oriente Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao Final da Guerra Fria”, de José Luiz da Silva Preiss, “Catolicismo e Cruzada. Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)”, de Ianko Bett, e “A pré-história do Mercosul: cooperação entre Brasil-Argentina – 1979-1991”, de Ana Regina Falkembach Simão, no que se refere à Argentina.

Uma segunda configuração, não computada para um ou outro desses espaços em particular, verifica-se na confluência entre eles e alguma outra região ou matéria. Exemplificam-na: “Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (segunda metade do século XIX)”, de Márcia Solange Volkmer, “O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-1945)”, de Maria Medianeira Padoin, e “Intelectuais e exílios confronto de resistências em revistas culturais: encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversía (1978-1984)”, de Cristiano Pinheiro de Paula Couto.

Finalmente, uma terceira formatação adotada nos trabalhos envolvendo Argentina e Uruguai, para permanecer-se nas predominâncias entre as teses, é a escolha de temas abarcando problemáticas exclusivas de um ou outro espaço, isoladamente. Caracterizam essa maneira de proceder, as pesquisas de Maria Heloisa Lenz, “Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 1930: a Belle Époque”; Jorge Christian Fernandez: “Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)”; José Pedro Cabrera Cabral: “Trajetória Político-Ideológico da esquerda Uruguiaia: 1964-2004” e Marco Antonio Vargas: “Ditadura e Resistência Democrática: República Oriental Del Uruguay: 1968-1985”.

A título de exercício reflexivo, conquanto escape à proposta nesse momento, talvez coubesse pensar as direções de alguns dos estudos, isto é, verificar as singularidades proporcionadas por investigações que adotem, por estratégia, pensar eventos sob a leitura de

perspectivas, em certa medida, exógenas a estes, ainda que haja interesses performativos em tais enunciados. Assim, seriam os casos de “Democracia e Concerto Americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas relações interamericanas (1946-1966)”, de Mateus Dalmáz, “Reflexão Sobre a Historiografia Platina (Discursos do Século XIX Sobre D. João)”, de Ricardo Antônio da Silveira, e “O Discurso Jornalístico e o Processo de Marginalização Social do Exército Zapatista de Libertação Nacional e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de Edson Antoni.

Em comunicação com os dados estatísticos das teses, os casos ilustrativos permitem invocar duas características gerais em relação às investigações sobre a América Latina, realizadas a partir do Rio Grande do Sul: a primeira está na constatação de que a grande maioria dos objetos de estudo tem origem no micro (recortes espaciais e temporais), normalmente em fases anteriores às teses e em uma espécie de revista, posteriormente, tomam proporções maiores ou mais abertas à medida que os autores comprovam serem factíveis determinadas formas de amadurecimento – ampliações teóricas, conceituais, etc. – em relação às qualidades recorrentes nas três universidades. A segunda propriedade é a tendência de orientação do olhar, isto é, do Rio Grande do Sul para outras regiões (Prata, Cone Sul, América do Sul) e, por extensão, para a América Latina, assim como desta para determinadas partes do mundo. Conectando esses dois aspectos, está o intuito aparente de restabelecer historiograficamente uma espécie de “dignidade” da América Latina, ao menos nos trabalhos de maior amplitude temática.

Pensar a indissociabilidade de todo o caráter analítico da teorização, ou seja, qualquer compreensão que se dá do conhecimento histórico e no âmbito da própria pesquisa histórica, depende, em grande medida, senão na sua totalidade, da teoria, o que, de certo modo, implica, um ganho de racionalização na compreensão da própria história. Esse é um ponto maior de convergência entre esses níveis gerais e particulares. Rüsen dá o contorno do recorte empírico estabelecido. No todo, é um arcabouço que permite compreender as peculiaridades ou repetições, enfim, certas características de uma escrita da história e de uma pesquisa em história, no contexto do Rio Grande do Sul, tomando como recorte empírico (cronológico e espacial) a América Latina. A questão de fundo que permeia toda a obra de Rüsen parece ser a de uma epistemologia da história e, dentro dela, um esforço de pensar um método, incluindo carências, concepções, narrativas e orientações. Talvez a grande questão seja a de como ele tenta reconstituir essa história como uma espécie de ciência, não um algoritmo do pensar histórico, mas um padrão mínimo de inteligibilidade que se dá através do rigor metódico.

O fundamento em componentes epistemológicos gerais – substanciais de uma natureza primeira (essencial), que alcancem as orientações epistemológicas da historiografia apresentada nas teses perpassa por esses elementos de critérios e procedimentos, assim como se englobam os demais fatores da matriz (carências, concepções, formas de apresentação e funções de orientação). É claro que há diferenças entre a proposição geral de Rüsen e sua aplicação. O que o autor faz, eventualmente discutindo um e outro textos, é uma reflexão de uma pesquisa fundamentalmente de ordem teórica, com seus limites e, quando se propôs aqui a fazer uma aplicação dessa reflexão de Rüsen sobre teses que têm um ingrediente marcado pela empiria, a tendência é de se ajustar ou não determinados elementos dessa reflexão às teses como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empreitada macro foi a de ter-se buscado perceber algo a que se poderia denominar “identidade epistemológica”. Mesmo quando se tratando de manifestações direcionadas, por exemplo, às formas de apresentação, sempre acompanhou a questão de saber: que tipo de estratégias narrativas seriam exequíveis de uso na escrita da história sem que elas fossem de alguma dimensão retórica? Em qual medida seria praticável relacionar processos retóricos com uma não cognição? Haveriam possibilidades de constituir o sentido de algo sem certos efeitos retóricos? Em resposta, adveio: o elemento retórico é parte de toda a narrativa.

O risco maior aparenta-se na redução da noção de sentido a uma teoria da história enquanto ciência, mesmo que a última fosse redutível em termos de historiografia ocidental. Ilustrativamente, no tangente às carências de orientação, a questão basilar parece ser o que fundamenta uma epistemologia que diz respeito às nossas demandas de orientação de busca de sentido, ou como pensar epistemologicamente o sofrimento como uma categoria fundamental em Rüsen? Este autor se apropria da categoria do sofrimento, em princípio utilizada por Jacob Burckhardt ou, como prefere Reinhart Koselleck, o sofrimento como uma categoria metahistórica. O agir e o sofrer estariam na essência de uma reflexão que implicaria o sentido, a possibilidade de uma ética ou mesmo de uma epistemologia da história. Rüsen discute-o de forma decisiva à sua sistematização, já, as teses, pouco ou nada, daí certo descompasso. No entanto, convém aproximar as inquietações / incomodações presentes nas teses com relação aos seus objetos, ou melhor, invocar questões nos moldes de “como uma questão do século XIX pode ser um problema para pensar o século XX?”. A partir de uma das premissas básicas do historicismo – todo o presente tem a sua explicação em alguma coisa do passado –, mas ao mesmo tempo, qual é a similitude dessa relação passado-presente? A história é sempre refeita

– é a própria condição de finitude, de temporalidade da história. Ao que parece, eis a função do historiador: estabelecer tais analogias.

A compreensão de epistemologia enquanto confluência de todos os cinco fatores da matriz do pensamento histórico – a discussão em torno de como se constitui o conhecimento histórico – evidencia uma lógica acerca desse conhecimento, que precisa ser observada. Esse raciocínio de constituição do conhecimento histórico a ser verificado nas teses – essa lógica epistemológica conformativa para a verificação, nas teses, de outras lógicas de trabalhos empíricos – conforma o todo que venha a ser epistemológico. Em Rüsen, toda a epistemologia está pautada na ideia de constituição de sentido para a vida. Embora apareçam questões, por exemplo, do trauma, que sejam de predominância ética, é sempre difícil separar, em história, questões de epistemologia, ontologia e ética.

A tomar as teses na América Latina como lastro, assevera-se que, em grande medida, no conjunto, esses trabalhos se mantêm conservadores de padrões, de um ponto de vista epistemológico, sem que se possa inovar efetivamente, ainda que se reivindique constantemente o estatuto do novo, não sendo viável tratar-se de um paradigma pela perspectiva teórica. Os indicativos são os de ocorrerem três elementos de uma alçadura maior: o relativo descompasso entre teoria e empiria, a desconfiança marcante com grandes teorias e a falta de uma inovação paradigmática. Talvez nisso resida o risco do estabelecimento de certas universais antropológicas. O conceito de experiência, de um certo modo, está atrelado ao conceito de mundo, e quando se trata de uma experiência de mundo que emerge com a linguagem (terminologia fenomenológica), se está, de certa maneira, definindo o mundo. O alerta parece surgir exatamente porque essas experiências de mundo tocam em ontologias distintas e, nessa medida, elas implicam modos de arranjos dos existentes, ponto que traz uma série de problemas quando se imponha pensar, por exemplo, articulações entre história, filosofia e antropologia. Em todo caso, é preciso deixar claro sempre ter se tratado de um conjunto muito particular, que são teses de doutorado em história, dentro de determinada matriz de pensamento, de uma assentada matriz de funcionamento da linguagem, de fundamento da narratividade.

O conhecimento histórico, seja ele qual for, tende a ter uma dimensão de sentido cujo alcance não se restringe somente à referência, e daí o ser o caso de a ciência histórica criar sentido e identidade para os sujeitos. Ela cria sentido / identidade, provavelmente nas formas mais primordiais de diferenciação entre humanos e não-humanos (de primeira ordem) e de segunda ordem (civilizacional, continental, de classe, etnia, gênero, nação). Isso implica a maneira como se distingue um determinado objeto no mundo; já é uma forma de criar / pensar uma identidade. Então, toda a história teria uma implicação e não somente de referência por

meio daquilo que se designa pela linguagem, como seria o discurso referencial de uma ciência mais *hard*, também, sem dúvida, produtora de algum sentido. Então, em história, tem-se um certo prejuízo ou relativa possibilidade de perda da referência porque em grande medida lida-se com o sentido. A discussão é vasta, ultrapassa a presente análise, mas, reconhecidamente, é um dos dilemas com o qual se convive na historiografia e provavelmente esteja longe de ser solucionado.

O caráter narrativo e de conformação identitária da escrita historiográfica, mesmo quando se cuida de uma perspectiva de uma ciência que se pretende mais “dura” – intui a constituição de uma identidade de fundo. Mas, para todos os efeitos, sendo essa relação entre sentido e referência, em alguns momentos confundida, isso acarreta um problema epistemológico porque, se entendido que todo sentido possa ser reduzido à referência ou que o sentido não tenha relevância para a historiografia, a própria obra de Rüsen perderia a relevância, bem como cada uma das teses examinadas. É possível conciliar o sentido e a referência, mas não às custas de uma eliminação de um ou outro, e nesse viés, o trabalho do historiador é exatamente esse, a todo momento, uma disputa entre o sentido e a referência ou um amálgama de ambos. Partir da ideia de a ciência histórica não criar sentido nem identidade é como se ela só criasse um discurso referencial e esse discurso não fosse de sentido sobre o passado. É inviável, no âmbito da escrita historiográfica, na esfera da pesquisa, fazer uma espécie de separação rígida desses termos, exceto, talvez, em algumas historiografias muito específicas, mas ainda assim, sem saber exatamente qual a eficácia do sentido quando isso é feito e da própria relevância da historiografia para o presente, uma vez que essa ponte passado-presente, em grande medida está relacionada mais com o sentido do que com a referência – ponto central da discussão, nessa tese e em Rüsen.

O mérito de Rüsen inclui o lançamento de questões fundamentais à compreensão do pensamento histórico, de maneira sistematizada. Permite, exemplificativamente, em termos de funções de orientação, inquirir-se: que tipo de humanidade se busca / pensa quando se define essa orientação, qual escala de humanidade que se fundamenta para falar na realização plena de humanidade (critérios de que vem a ser uma realização plena de humano)? E ainda que, para muitas dessas indagações, as respostas não se encontrem prontas, nem em Rüsen, nem nas teses ora examinadas, permanecem como questões a serem pensadas no âmbito de todo e qualquer projeto epistemológico. Ainda nas funções de orientação, seria de se indagar: em que medida, particularmente quando se trata de pensar a memória, incorre-se em um problema que é fundamentalmente ético? Seriam epistemologia, ética e ontologia dimensões inseparáveis de toda produção historiográfica?

BIBLIOGRAFIA

BETHELL, Leslie (Org.). 2008. *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 680 p. ISBN 978-85-314-0412-2.

DEMBICZ, Andrzej. 2001. “Estudos Latino-Americanos: projeções difíceis”. *Projeções – Revista de Estudos Polono-Brasileiros*, Curitiba, ano 3, jul./dez., p. 11-17. ISSN 1517-3143.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. 1998. *Sobre história: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras. 336 p. ISBN 978-85-7164-772-5.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. 2017. *Teoria e Filosofia da História: contribuições para o ensino de História*. Curitiba: W. A. Editores. 336 p. ISBN 978-85-65921-12-1.

PADOIN, Maria Medianeira. 2001. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 176 p. ISBN 85-04-00494-5.

RÜSEN, Jörn. 2001. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB. 194 p. ISBN 85-230-0615-x.

RÜSEN, Jörn. 2015. *Teoria da História*. Uma introdução da história como ciência. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR. 324 p. ISBN 978-85-8480-004-9.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). “As Matrizes do Pensamento Histórico em Jörn Rüsen”. 2016. *Jörn Rüsen: contribuições para uma Teoria da Didática da História*. Curitiba: W. A. Editores, p. 100-110. ISBN 978-85-65921-10-7.

ⁱ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 29.

ⁱⁱ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 35.

ⁱⁱⁱ BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1. Tradução de Maria Clara Cescato. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 14.

^{iv} PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 19.

^v RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 30.

^{vi} RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 31-32.

^{vii} RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 33.

^{viii} RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 34.

^{ix} HOBBSAWM, Eric John Ernest. *Sobre história: ensaios*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 286.

^x RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001, p. 34.

^{xi} RÜSEN, Jörn. 2015. *Teoria da História*. Uma introdução da história como ciência. Tradução de Estevão Chaves de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 72.